

Campus Realengo

Bacharelado em Terapia Ocupacional

ANA CECÍLIA DA CUNHA BRAGANÇA DA SILVA

Consultoria colaborativa e
Terapia Ocupacional: uma
revisão da literatura

Rio de Janeiro

2020

ANA CECÍLIA DA CUNHA BRAGANÇA DA SILVA

CONSULTORIA COLABORATIVA E TERAPIA OCUPACIONAL: UMA REVISÃO DE
LITERATURA

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Terapia Ocupacional.

Orientador: professora Mestre Márcia
Cristina de Araújo Silva

Rio de Janeiro

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.

Elaborada por Alane Elias Souza

Bibliotecária - CRB 7 n° 6321

S586

Silva, Ana Cecília da Cunha Bragança da.

Consultoria colaborativa e terapia ocupacional : uma revisão de literatura. / Ana Cecília da Cunha Bragança da Silva, 2020. 26f.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Terapia Ocupacional) – Instituto Federal do Rio de Janeiro, 2020.

Orientador: Márcia Cristina de Araújo Silva.

1. Inclusão escolar. 2. Educação especial. 3. Crianças. 4. Consultoria colaborativa. 5. Terapeuta Ocupacional. I. Instituto Federal do Rio de Janeiro. Campus Realengo. II. Silva, Márcia Cristina de Araújo. III. Título.

COBIB/CReal

CDU 615.851.3

ANA CECÍLIA DA CUNHA BRAGANÇA DA SILVA

CONSULTORIA COLABORATIVA E TERAPIA OCUPACIONAL: UMA REVISÃO DE
LITERATURA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de
Janeiro como requisito parcial para a
obtenção do grau de Bacharel em Terapia
Ocupacional.

Aprovado em ____/____/____

Banca Examinadora

Profª Mestre Márcia Cristina de Araújo Silva (Orientadora - IFRJ)

Profª Especialista Marcelle Carvalho Queiroz Graça (Membro titular - IFRJ)

Profª Mestre Márcia Dolores Gallo (Membro titular - IFRJ)

Profª Doutora Lilian Dias Bernardo (Membro suplente – IFRJ)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, graças a Ele eu tive forças para continuar mesmo quando acreditava que não daria.

Agradeço ao meu amor e digníssimo esposo que foi quem me incentivou a encarar uma faculdade Federal mesmo às vésperas de completar 30 anos, quem acreditou e me incentivou todas as inúmeras vezes que pensei em parar, que passou madrugadas ao meu lado só fazendo companhia enquanto eu estudava.

Agradeço a minha Mãe, pelas comidinhas surpresa quando eu não tinha forças nem para abrir a boca, por todo apoio e carinho ao olhar minhas filhas nestes 4 anos, por brigar, cobrar e incentivar, me fazendo sempre buscar o melhor de mim.

Agradeço as minhas pequenas Duda e Carol que quase sempre entenderam minhas ausências, que sempre tiveram muito orgulho de mim, que precisaram abdicar da minha presença em diversas situações para que eu conseguisse chegar até aqui e que foram verdadeiramente meu maior incentivo para continuar.

Agradeço as minhas fies escudeiras Mariângela, Tamara, Thayná, Raíssa e Sylvania que foram mais que amigas, foram seres humanos incríveis, companheiras de muitas risadas e de muito choro e que sem vocês verdadeiramente, minha passagem pelo IFRJ não seria tão especial.

Não poderia deixar de citar Rita, Kelly, Aline Rosa e Sylvia Letícia, que cada uma à sua maneira em momentos distintos fizeram também parte dessa trajetória e me auxiliaram e tem todo o meu carinho e admiração.

As minhas companheiras de fora do IFRJ que torceram muito, vibraram a cada período que eu passava, oraram e estiveram sempre ao meu lado, Sabrina, Michele, Carla, Chris, Edileuza, Sheila, Kátia, aos meus pastores e aos demais que estiveram na torcida sempre.

A minha querida orientadora Márcia Cristina, que entendeu meus momentos difíceis durante o processo, minhas pausas por questões pessoais, minhas dificuldades, meus bloqueios e com toda dedicação me cobrou mais empenho quando eu enrolava e ainda assim me incentivou a prosseguir.

A todos os meus professores pelas cobranças, compreensão e dedicação que cada um de vocês teve para me orientar e formar como profissional com ética e com segurança para atuar naquilo que aprendi.

Por fim, mas não menos importante, agradeço aos meus preceptores e supervisores (Zuleica, Andrea, Rosane, Ana Lyra, Dirce, Adélia, Caciana, Ana Carolina e Renata) que ao longo dos meus diversos estágios curriculares ou não me fizeram aprender ainda mais sobre esta profissão que eu já amo tanto, e pela oportunidade de ver na prática aquilo que brilhantemente já tinha aprendido na teoria, minha eterna gratidão.

RESUMO

A consultoria colaborativa é um processo no qual um consultor conhecedor da realidade escolar, trabalha de modo equânime, junto aos demais membros da equipe escolar, numa relação não hierárquica, onde as trocas são valorizadas e pensadas em prol de se encontrar estratégias para resolução de problemas advindos da inclusão. Desta forma o objetivo deste trabalho foi verificar como este processo realizado pelo terapeuta ocupacional auxilia na inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais na escola regular. Os artigos revisados foram concordantes no sentido de ficar claro que o trabalho do terapeuta ocupacional por meio da consultoria colaborativa no contexto educacional se mostrou como vantajoso. Desta forma, conclui-se que há necessidade de mais pesquisas que demonstrem a eficácia deste trabalho e maior divulgação da atuação do terapeuta ocupacional dentro do contexto escolar.

Palavras-chave: inclusão escolar; crianças; educação especial; consultoria colaborativa; Terapeuta Ocupacional.

ABSTRACT

Collaborative consulting is a process in which a consultant with knowledge of the school reality works equally with the other members of the school team, in a non-hierarchical relationship, where exchanges are valued and thought out in order to find strategies for solving problems, arising from inclusion. Thus, the objective of this work was to verify how this process carried out by the occupational therapist helps in the inclusion of children with special educational needs in the regular school. The reviewed articles were in agreement in the sense that it was clear that the work of the occupational therapist through collaborative consultancy in the educational context proved to be advantageous. Thus, it is concluded that there is a need for more research that demonstrates the effectiveness of this work and greater dissemination of the work of the occupational therapist within the school context.

Keywords: school inclusion; children; special education; collaborative consulting; Occupational Therapist.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. METODOLOGIA.....	11
3. RESULTADOS	12
4. DISCUSSÃO	17
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
6. REFERÊNCIAS	24

1. INTRODUÇÃO

A inclusão escolar começou a ser debatida a partir de movimentos sociais e acordos internacionais, que culminaram em conferências e eventos como a Declaração de Salamanca de 1994 e a Convenção de Guatemala que aconteceu em 1999 (OEA, 1999; UNESCO, 1994).

Nestes eventos, considerados marcos da inclusão escolar, foram iniciados os primeiros debates sobre a garantia do direito ao ensino e a eliminação de todas as formas de discriminação pautadas nas deficiências. Visava-se também assegurar a igualdade de direitos e o estabelecimento de medidas para prevenir e eliminar a discriminação contra as pessoas com qualquer tipo de deficiência e proporcionar a sua plena integração à sociedade (OEA, 1999; UNESCO, 1994).

Atualmente a inclusão escolar, apesar dos desafios, é uma realidade direcionada aos alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) cujas dificuldades e transtornos de aprendizagem, não estão necessariamente associadas a deficiências físicas e/ou mentais e, deve ser feita dentro do sistema de ensino regular (BRASIL, 1994; BRASIL, 2018; SANTOS; LIBRA, 2016).

Segundo Rosin-Pinola e Del Prette (2014), a educação especial foi pensada para incluir os alunos com deficiência na escola regular, apesar dos desafios apresentados tais como: barreiras arquitetônicas e atitudinais, capacitação profissional deficitária e falta de formação de profissionais para atuar com os discentes incluídos.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva é um dos documentos que visa o acesso ao ensino regular dos alunos com NEE, desde os primeiros anos até o ensino superior (BRASIL, 2018).

No entanto, foi homologado o decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020 que instituiu a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, cujo objetivo é retirar a prioridade de inclusão de crianças NEE da escola regular, para que os pais tenham autonomia de decidirem a modalidade de ensino que melhor se adequa a seus filhos (BRASIL, 2020).

Assim, muitos educandos deixarão de ser matriculados na rede regular, conforme preconiza a Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 2018) e passarão a frequentar as escolas especiais, segregados do convívio social.

Ao contrário do que o novo documento propõe, Toyoda e colegas (2007), afirmaram que a educação inclusiva deve ser pensada por pais, professores, gestores e profissionais de diferentes saberes que elaboram conjuntamente

iniciativas para efetivar a inclusão de pessoas com deficiências para que seja eficaz conforme a necessidade de cada aluno incluído no ensino regular.

A inclusão escolar ainda é um desafio para famílias e escolas e, para efetivar este processo é necessária a construção de uma rede interprofissional no território entre profissionais da educação e da saúde. Dentre estes, destaca-se o terapeuta ocupacional que atua no contexto escolar que pode contribuir com a inclusão por meio de estratégias como a consultoria colaborativa (SANTOS; LIBRA, 2016).

É um processo que permite a troca de saberes entre o terapeuta ocupacional e a comunidade acadêmica. A relação entre os atores é horizontal, e o trabalho, compartilhado por todos os envolvidos. Assim, busca-se alcançar o mesmo objetivo, tomando-se decisões conjuntas e a aplicação de planos que visem a melhoria e o desenvolvimento de habilidades e potencialidades do aluno incluído (KAMPWIRTH, 2003; SANTO; LIBRA, 2016; TREVISAN; DELLA BARBA, 2012).

O terapeuta ocupacional, objetiva com a utilização da consultoria colaborativa, dar suporte à equipe da escola, à família dos educandos e aos próprios alunos, buscando estratégias para solucionar coletivamente as demandas que surgem da equipe escolar em relação às barreiras sejam físicas e/ou atitudinais que emergem durante o processo de inclusão, tais como: adaptações ambientais, sugestões de recursos de comunicação alternativa e tecnologia assistiva (TA), além das orientações e assistência à equipe e aos familiares (IDE; YAMAMOTO; SILVA, 2011; TREVISAN; DELLA BARBA, 2012).

O terapeuta ocupacional visa, dentro do cenário educacional, facilitar e auxiliar professores no processo de ensino e aprendizagem de alunos com NEE. Seu conhecimento sobre o contexto escolar o permite criar soluções com base nas demandas de discentes e educadores, por meio de diversos tipos de atividades, apropriadas para cada caso (ROCHA *et al.*, 2003).

Portanto, o presente trabalho objetiva verificar como a consultoria colaborativa realizada pelo terapeuta ocupacional, auxilia no processo de inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais na escola regular.

2. METODOLOGIA

Este trabalho foi feito por meio de revisão narrativa da literatura e, para tanto, consultaram-se fontes de busca, com as seguintes palavras-chave: inclusão escolar; crianças; educação especial; consultoria colaborativa; terapeuta ocupacional. O operador, booleano “AND” foi usado nas combinações, três a três e quatro a quatro.

As pesquisas foram realizadas nas seguintes fontes: Biblioteca Virtual em Saúde, Scielo, Revista Brasileira de Educação Especial, Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos, Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo e Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional.

Os artigos para revisão foram selecionados conforme a data de publicação dos artigos, que deveria ser entre 2014 a 2019, no idioma português e, estudos de caso, ou de intervenção que descrevessem a consultoria colaborativa como estratégia utilizadas por terapeutas ocupacionais no processo de inclusão escolar de crianças e adolescentes. Vale destacar que todas as combinações foram realizadas da mesma maneira em todas as buscas e que o período de pesquisa dos artigos foi de setembro a dezembro de 2019.

3. RESULTADOS

A partir das buscas realizadas foram encontrados 117 artigos. Após a exclusão de estudos repetidos, revisões bibliográficas e realizada a análise criteriosa dos resumos, foram selecionados 10 artigos para a leitura na íntegra. Por fim, após a leitura dos textos obtiveram-se 5 artigos para compor a revisão e o maior número de estudos foi encontrado na revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, contudo, somente 3 atenderam aos critérios de seleção.

No quadro 1 estão dispostas informações relativas aos estudos revisados. Observou-se que a distribuição por fontes de busca pode ser assim demonstrada: Biblioteca Virtual em Saúde (1 artigo), Revista de Terapia Ocupacional da USP (3 artigos) e Revista Brasileira de Terapia Ocupacional (1 artigo).

Quadro 1. Seleção dos artigos

Fontes de busca	Total de artigos	Repetições	Seleção após leitura
Biblioteca Virtual em Saúde	33	15	1
<i>Scielo</i>	21	3	0
Revista Educação Especial	3	0	0
Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional da UFSCar	8	5	0
Revista de Terapia Ocupacional da USP	48	21	3
Revista Brasileira de Terapia Ocupacional	4	3	1
TOTAL	117	47	5

Abaixo, no quadro 2, os artigos estão caracterizados pelo ano de publicação, autores, títulos e periódico.

Quadro 2 – Ano, autores, título e objetivos dos estudos revisados

Nº	Ano	Autores	Periódico	Título
1	2017	BALEOTTI; ZAFANI	Biblioteca Virtual em Saúde	“Terapia Ocupacional e tecnologia assistiva: reflexões sobre a experiência em consultoria colaborativa escolar.”
2	2017	FOLHA; CARVALHO	Revista Brasileira de Terapia Ocupacional	“Terapia ocupacional e formação continuada de professores: uma estratégia para a inclusão escolar de alunos com transtornos do neurodesenvolvimento.”
3	2017	FOLHA; MONTEIRO	Revista de Terapia Ocupacional da USP	“Terapia Ocupacional na atenção primária à saúde do escolar visando a inclusão escolar de crianças com dificuldades de aprendizagem.”
4	2015	OLIVEIRA et al	Revista de Terapia Ocupacional da USP	“Facilitadores e barreiras no processo de inclusão escolar de crianças com necessidades educativas especiais: a percepção das educadoras.”
5	2014	TERRA; RONDINA	Revista de Terapia Ocupacional da USP	“A interação escolar de uma criança com síndrome de Tourette, de acordo com as percepções de pais e professores: um estudo de caso exploratório.”

No quadro 3, estão descritos o público alvo da consultoria colaborativa, como esta foi realizada, os objetivos e os desfechos de cada estudo revisado. Observou-se a necessidade e importância das famílias estarem inseridas no processo de inclusão escolar dos alunos NEE. Pode-se verificar também, a importância da atuação do terapeuta ocupacional por meio da consultoria colaborativa, na facilitação do processo de inclusão escolar de crianças com dificuldades de aprendizagem, sendo elas NEE ou não.

Quadro 3 – Público alvo, Descrição da consultoria e Resultados

Nº	Público alvo	Descrição da consultoria	Objetivos	Resultados
1	Alunos com deficiência física inseridos em classes regulares da educação infantil	A consultoria se deu por meio do desenvolvimento de seis etapas: Identificar o problema; estabelecer os objetivos com a equipe escolar; Implementação; Intervenções/recomendações; Avaliação e Proseguimento.	Contribuir para o processo de inclusão escolar de alunos com deficiência física inseridos em classes regulares da educação infantil do município de Marília – SP, por meio da consultoria colaborativa para implementação de recursos de Tecnologia Assistiva.	Aproximação do terapeuta ocupacional com os alunos; benefícios do uso de TA no campo da educação; relevância do TO como consultor que facilitará a adaptação de recursos pedagógicos, adequação de mobiliários e materiais escolares.
2	Professoras e auxiliares de um Centro de Referência em Educação Infantil	Formação continuada para professores da educação infantil, mediada por terapeuta ocupacional.	Analisar as repercussões de uma proposta de formação continuada para professores da educação infantil, mediada por terapeuta ocupacional, para a inclusão escolar de alunos com transtornos do neurodesenvolvimento.	Melhora no processo de inclusão dos alunos, por meio de orientações sobre as principais características dos transtornos; trocas de experiência aproximação do TO com os docentes; criação de estratégias para redução das dificuldades de aprendizagem; reconhecimento dos benefícios da atuação do TO na formação continuada de professores.
3	5 alunos que apresentavam queixas escolares e 3 professoras que acompanhavam estes alunos	Inicialmente, observou-se o desempenho dos alunos para identificar as demandas. Em seguida, verificaram-se as demandas trazidas pelas professoras. O plano de intervenção foi elaborado a partir das demandas de alunos e professores.	Analisar o efeito de ações de prevenção e promoção na saúde do escolar com dificuldade de aprendizagem pelo terapeuta ocupacional, por meio da consultoria colaborativa.	A consultoria colaborativa se mostrou eficiente estratégia na interface saúde educação, por meio da melhora na qualidade do aprendizado dos alunos. Desse modo percebeu-se que o TO é um profissional qualificado para atuar na escola, por minimizar os impactos e facilitar o processo de inclusão escolar.

4	10 educadoras que lecionavam para crianças com deficiências em uma de ensino infantil	Análise de entrevistas semiestruturadas com questões abertas com relação a rotina das educadoras com alunos NEE inseridos em suas turmas e suas concepções acerca da inclusão escolar a fim de construir estratégias coletivas que facilitem o processo inclusivo	Conhecer a percepção dos professores sobre os facilitadores e as barreiras relacionadas ao processo de inclusão escolar de crianças com necessidades educativas especiais.	Percebeu-se a necessidade da elaboração de estratégias que possibilitem a reflexão dos participantes sobre as barreiras e os facilitadores da inclusão escolar; os docentes foram capazes de inferir sobre a influência de suas concepções e crenças no processo de aprendizagem; Os participantes identificaram ser importante a criação de um espaço de trocas entre educadores e outros profissionais; importância do papel do TO como um facilitador da interlocução entre a escola e demais profissionais.
5	Pais de uma criança de 8 anos com síndrome de Tourette (ST) e 3 educadores	A consultoria foi feita por meio de sessões de observação participante com posterior análise dos relatos das entrevistas respondidas pelos pais e educadores.	Conhecer e descrever a percepção de pais educadores sobre aspectos da dinâmica de interação escolar de uma criança com síndrome de Tourette, matriculada no ensino fundamental regular.	Pais e educadores reconhecem melhora nos sintomas após uso de medicamentos, mas não são capazes de distinguir o que é um comportamento involuntário; há dificuldade e/ou rejeição da criança por parte dos colegas devido aos sintomas da ST; os docentes conseguem criar uma oportunidade de trabalhar com a turma a aceitação das diferenças; incoerência entre a percepção dos pais e dos docentes sobre a dificuldade em lidar com a criança; impactos no desempenho escolar decorrente das comorbidades que a criança tem; necessidade maior de esclarecimento sobre a síndrome de Tourette.

4. DISCUSSÃO

A inclusão vai para além da matrícula do aluno, ela versa sobre a participação nas atividades escolares, curriculares ou não, intra e extraclasse. Contudo ainda é evidente a existência de barreiras como a falta de capacitação e/ou de apoio especializado, falta de materiais pedagógicos adequados e adaptados, espaço físico inadequado, barreiras atitudinais além, do grande número de alunos em sala (IDE *et al.*, 2011; SANTOS; LIBRA, 2016).

No estudo de Oliveira e colaboradores (2015) as professoras entrevistadas entendiam a inclusão apenas como a inserção da criança NEE na escola, sem considerar que o fato da criança ter NEE não a incapacita de adquirir conhecimentos, valorizando apenas a convivência entre as crianças como um ponto positivo, descartando a possibilidade de aprendizagem.

Além disso, as docentes acreditavam não possuir embasamento teórico para ensinar crianças com NEE e não consideravam que o modo de transmitir o conhecimento poderia ser um fator limitante no aprendizado do aluno.

Por isso considera-se a relevância do trabalho do terapeuta ocupacional com os docentes para que sejam aptos a refletir sobre os processos de aprendizagem dos seus alunos, e assim adequar o ensino/conteúdos à necessidade do educando (Oliveira *et al* 2015).

Baleotti e Zafani (2017) propuseram implementar a utilização de dispositivos de Tecnologia Assistiva (TA) por meio da consultoria colaborativa e, deste modo aproximar os participantes do estudo, do uso deste tipo de recurso como facilitador da interação do aluno com deficiência física nas atividades escolares, na participação e interação social com os colegas.

Ressalta-se que nem todo aluno com deficiência física necessita de recursos de TA e, é importante que o professor conheça o dispositivo e saiba usá-lo para que ele acompanhe sua utilização e possa avaliar se o recurso está ou não sendo útil. Assim, poderá discutir com o TO as possíveis adequações quando necessárias de modo que tanto o aluno, quanto o docente que o acompanha, estejam satisfeitos com sua funcionalidade e que o dispositivo facilite a participação do aluno nas atividades escolares (Baleotti e Zafani, 2017).

Folha e Carvalho (2017) destacam em sua pesquisa que, para alguns docentes a inclusão está relacionada à presença do aluno em sala de aula e, em sua interação com os colegas e não. Além de não considerarem a aprendizagem do

aluno com NEE, compreendem que a escola é inclusiva, apenas pelo fato de aceitar matrícula de alunos portadores com NEE.

Para que a inclusão escolar alcance seus objetivos e seja efetiva e eficaz, é essencial que a família esteja incluída no processo, que seus anseios e questionamentos sejam ouvidos e que recebam orientações pertinentes ao processo de inclusão (TOYODA *et al.*, 2007).

Para Folha e Monteiro (2017) ações da escola em parceria com a família poderiam minimizar os impactos das NEE no processo de aprendizagem dos alunos incluídos e, assim, melhorariam o seu desempenho escolar.

Terra e Rondina (2014) identificaram falta de articulação e consenso entre os pais e os educadores quanto às necessidades da criança. No entanto, os autores verificaram uma melhora na relação entre a família e a escola que pode ter beneficiado a criança. A relação saudável e colaborativa entre pais e educadores é um facilitador importante do processo de inclusão escolar.

Segundo Oliveira e colegas (2015) as famílias, quando não aceitam as necessidades especiais de seus filhos, acabam por dificultar o processo de inclusão, por não entenderem muitas vezes a necessidade de um apoio educacional especializado. Para que a inclusão aconteça de maneira eficiente é relevante a participação e o engajamento da família neste processo, atuando em conjunto com a escola principalmente por ser quem melhor pode relatar sobre as limitações e habilidades da criança.

No entanto, na pesquisa feita por Folha e Carvalho (2017), as docentes participantes da pesquisa relataram que a relação com familiares era conflituosa devido à dificuldade das famílias em aceitar que a criança possuía algum tipo de transtorno/dificuldade e, em muitos casos, os pais tiravam a criança da escola. Este tipo de comportamento da família permitiu aos autores inferir sobre a necessidade de uma equipe multiprofissional no acompanhamento e orientação aos pais para lidar com questões relacionadas à saúde de seus filhos e a planejar a inclusão na escola.

Conforme a literatura aponta, o saber do terapeuta ocupacional no que tange à inclusão escolar, faz com que sua presença no espaço acadêmico seja essencial na facilitação do processo de inclusão de pessoas com NEE por ser capaz de fornecer subsídios que permitem o acesso e permanência de alunos com qualquer condição de saúde incapacitante (CARDOSO; MATSUKURA, 2012; TREVISAN;

DELLA BARBA, 2012; DELLA BARBA; MINATEL, 2013; OLIVEIRA *et al.*, 2015; FOLHA; MONTEIRO, 2017; BALEOTTI; ZAFANI, 2017; FOLHA; CARVALHO, 2017).

Na pesquisa de Terra e Rondina (2014) evidenciou-se a necessidade de estudos desmistificassem a interação entre o aluno com Síndrome de Tourette (ST) e seus pares, além da identificação das dificuldades e demandas decorrentes da ST, por meio de uma equipe multiprofissional, na qual o terapeuta ocupacional será o agente que irá elaborar estratégias que contribuam e favoreçam a inclusão escolar deste aluno que também possa orientar educadores e familiares sobre as dificuldades de aprendizagem e alterações no desempenho, decorrentes da síndrome.

Folha e Monteiro (2017) em sua pesquisa encontraram lacunas no cotidiano escolar que demonstraram a necessidade de diálogo e parceria entre a educação e a saúde, que se fez por meio da formação continuada ministrada por terapeuta ocupacional. Esta capacitação permitiu às professoras exporem suas dúvidas, dificuldades e questionamentos, para assim direcionar o conteúdo trazido pelo TO e alcançar uma melhor compreensão sobre temáticas que, segundo os participantes, não eram debatidas no dia a dia escolar. Isso possibilitou ao grupo elaborar reflexões acerca da importância da articulação e diálogo relativo às estratégias utilizadas para atender aos alunos NEE no cotidiano escolar.

Desta forma o TO, pode, através de seu conhecimento promover o desempenho da criança enquanto estudante e auxiliar aos professores a identificar demandas e encontrar estratégias para o enfrentamento dos desafios inerentes ao processo inclusivo (DELLA BARBA; MINATEL, 2013; FOLHA; MONTEIRO, 2017).

No contexto educacional o terapeuta ocupacional tem um papel concernente ao desempenho de ocupações do estudante, com o intuito de identificar os pontos que incidem sobre a sua condição engajamento pleno nas atividades escolares. Ao terapeuta ocupacional cabe identificar as demandas dos alunos, sejam elas relacionadas a participação e execução de atividades, ao acesso aos espaços contidos na escola ou à orientação da comunidade acadêmica e à família (SANTOS; LIBRA, 2016).

O terapeuta ocupacional, é habilitado para intervenções voltadas à adaptação dos ambientes físicos, prescrição, confecção e aplicação de recursos de tecnologia assistiva que promovam autonomia e independência e que possibilitem o engajamento e desempenho das atividades escolares e minimizem os impactos

causados pelas dificuldades no processo de inclusão escolar vivenciadas por crianças NEE (FOLHA; MONTEIRO, 2017; OLIVEIRA *et al.*, 2015).

Sendo assim a consultoria colaborativa, é o processo que viabiliza a parceria intersetorial, com destaque para a relação igualitária, onde ambos professor e terapeuta ocupacional partilham a resolução dos problemas, com uma participação ativa do terapeuta ocupacional, que busca durante o processo de inclusão, fortalecer o vínculo com o professor para melhor compreensão das demandas existentes para que haja sucesso na educação inclusiva (MENDES; ALMEIDA; TOYODA, 2011; SANTOS; LIBRA, 2016).

No estudo de Baleotti e Zafani (2017), observou-se a consultoria colaborativa, não só auxiliou ao professor com estratégias pensadas para inclusão da criança com NEE, como também beneficiou a todos os alunos, tendo em vista que alguns recursos de TA podem ser facilitadores para crianças com dificuldades em geral e não apenas crianças com NEE.

Terra e Rondina (2014) citam também os benefícios da consultoria colaborativa, realizada pelo terapeuta ocupacional, uma vez que, foram elaboradas estratégias para inclusão das crianças com deficiência, realizaram-se orientações aos familiares de como participar mais ativamente do processo, além do incentivo da interação da criança com seus pares.

Para efetivação da consultoria, o profissional vai precisar ter a atenção voltada para o todo, ser capaz de analisar vários aspectos, como: condição social e participação do entorno nas atividades escolares, aspectos físicos (materiais e ambientais), acessibilidades, recursos humanos e barreiras atitudinais. (SANTOS; LIBRA, 2016).

Della Barba e Minatel (2013) discorrem sobre a necessidade de se haver uma quebra de mitos e estigmas que pairam sobre a possibilidade de inclusão de crianças com NEE, fazendo com que desta forma barreiras atitudinais sejam quebradas e esta inclusão possa servir também como exemplo dentro da comunidade escolar.

Os estudos de Terra e Rondina (2014), Oliveira e colaboradores (2015), Folha e Monteiro (2017) e Folha e Carvalho (2017) concordam quando relatam de maneiras diversas que uma das maiores dificuldades no processo de inclusão escolar de crianças com NEE são as barreiras atitudinais que emergem dos profissionais que com elas atuam.

Muitas vezes, devido ao desconhecimento das diversas condições de saúde incapacitantes que crianças com NEE podem ter, os docentes se sentem despreparados e desamparados para atuar com esse grupo de alunos. Estas questões evidenciam e destacam a importância de se ter uma relação fortalecida entre profissionais da educação e da saúde que seja atuante e compreenda a inclusão escolar (TERRA; RONDINA, 2014; OLIVEIRA *et al.*, 2015; FOLHA; CARVALHO, 2017; FOLHA; MONTEIRO, 2017).

Apenas no estudo de Baleotti e Zafani (2017) a questão relacionada as barreiras atitudinais não foram relatadas pois o foco dos autores foi nas questões decorrentes das dificuldades relacionadas às adaptações.

Rocha e colegas (2003) afirmaram que a atuação do terapeuta ocupacional na escola não é direcionada ao atendimento clínico e sim, um trabalho realizado em conjunto com o objetivo de melhorar o desempenho acadêmico de alunos com NEE, estreitar a relação entre família e escola e facilitar o processo de ensino e aprendizagem.

Neste sentido o TO é um colaborador da promoção da independência e autonomia dos sujeitos em suas atividades diárias, e do engajamento e da participação em ambientes diversos (Rio de Janeiro, 2020). Apesar da inserção do TO na escola já acontecer há algum tempo, como demonstrado nos artigos, e de existirem leis e decretos, é recente a resolução nº 500/2018 do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO), que reconhece a especialidade profissional da Terapia Ocupacional no contexto escolar (COFFITO, 2018).

O Art.3º- desta resolução ressalta que o TO “é o profissional competente para avaliar e intervir no desempenho ocupacional do estudante no contexto escolar”. (COFFITO, 2018. sp).

Por ser a escola um contexto no qual as pessoas interagem e participam ativamente, a parceria do TO com as escolas tem se mostrado fundamental pois sua prática o permite usar ferramentas e criar estratégias que podem auxiliar a comunidade escolar, o aluno incluído e, demais atores envolvidos no processo de inclusão (GEBRAEL, 2011; ROCHA *et al.*, 2003; SANTOS; LIBRA, 2016; TREVISAN; DELLA BARBA, 2012; TOYODA *et al.*, 2007).

Percebeu-se, portanto, em todos os estudos revisados, que a atuação do TO na escola, por meio da consultoria colaborativa, demonstrou ser positiva pois, nos artigos, todos os resultados apontaram para melhorias nas relações entre alunos, familiares, professores e escola, ganhos no desempenho escolar e aprimoramento do conhecimento dos docentes sobre determinada condição de saúde. Deste modo, pode-se afirmar que é fundamental o trabalho do terapeuta ocupacional, na inclusão de crianças com NEE.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste estudo de revisão foi possível verificar que a inclusão escolar é um processo que, apesar de não ser recente, precisa ser mais bem compreendido. Há muita divergência de informações e toda responsabilidade pela inclusão de alunos com NEE recai sobre os professores. Todavia, compreende-se que o processo inclusivo deve ser feito por todos os profissionais que atuam na educação e que esses devem ser mais bem preparados considerando-se a diversidade de grupos que podem ser incluídos no contexto escolar. É relevante que haja um estreitamento de trabalho entre profissionais da educação e da saúde para que se crie uma rede de apoio para todos os envolvidos com a educação inclusiva, de modo que seja valorizada a participação da comunidade escolar no contexto educacional.

O trabalho de consultoria colaborativa realizado pelo TO em parceria com as escolas, permitiu inferir sobre a necessidade de se pensar meios, que mensurem sua efetividade para aumentar as evidências da necessidade deste profissional estar inserido na equipe escolar por ser capaz de propor ações que facilitem o processo de inclusão de alunos com NEE.

É necessária a publicação de mais estudos sobre o tema como forma também de ampliar o conhecimento sobre esta área de atuação do terapeuta ocupacional e o quão importante é seu olhar frente às dificuldades no processo de inclusão.

Diante de todo exposto fica claro que a participação do terapeuta ocupacional no ambiente escolar se mostra como satisfatória e relevante, tendo em vista que seu conhecimento sobre desenvolvimento infantil, educação inclusiva, acessibilidade, adaptações e toda a especificidade da profissão frente aos desafios da inclusão, demonstra a importância do seu trabalho em escolas inclusivas quer sejam públicas ou privadas. Apesar de haver uma especialidade recente ainda é pouco efetiva a contratação do pelas escolas.

6. REFERÊNCIAS

BALEOTTI, L. R.; SANTOS, L. A.; ZAFANI, M. D. Avaliação de habilidades motoras de uma criança com paralisia cerebral incluída em contexto escolar regular. **Revista Educação Especial**, v. 28, n. 51, p.149-164, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 1994.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 6 Jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de atenção básica. **Cadernos de Atenção Básica. Saúde na escola. Brasília: Ministério da Saúde; 2009.** Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_24.pdf. Acesso em: 15 Maio 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Documento subsidiário à política de inclusão, 2005.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/livro%20educacao%20inclusiva.pdf>. Acesso em: 29 Fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2008.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 6 Jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, 2020.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10502.htm. Acesso em: 21 Out. 2020.

CARDOSO, P. T.; MATSUKURA, T. S. Práticas e perspectivas da terapia ocupacional na inclusão escolar. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 23, n. 1, p. 7-15, 2012.

DELLA BARBA, P.C.S.; MINATEL, M.M. Contribuições da Terapia Ocupacional para a inclusão escolar de crianças com autismo. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 21, n. 3, p. 601-608, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL. Resolução nº 500, de 26 de dezembro de 2018. **Reconhece e disciplina a especialidade de Terapia Ocupacional no Contexto Escolar, define as áreas de atuação e as competências do terapeuta ocupacional especialista em Contexto Escolar e dá outras providências.** Disponível em: <https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=10488>. Acesso em: 9 Mar. 2020.

FOLHA, D. R. S. C.; CARVALHO, D. A. Terapia ocupacional e formação continuada de professores: uma estratégia para a inclusão escolar de alunos com transtornos do neurodesenvolvimento. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 28, n. 3, p. 290-8, set./dez., 2017.

FOLHA, D. R. S. C.; MONTEIRO, G. S. Terapia Ocupacional na atenção primária à saúde do escolar visando a inclusão escolar de crianças com dificuldades de aprendizagem. **Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional**, v.1, n. 2, p. 202-220, 2017.

GEBRAEL, T. L. R.; MARTINEZ, C. M. S. Consultoria colaborativa em Terapia Ocupacional para professores de crianças pré-escolares com baixa visão. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v.17, n.1, p.101-120, 2011.

IDE, M. G.; YAMAMOTO, B. T.; SILVA, C. C. B. Identificando possibilidades de atuação da Terapia Ocupacional na inclusão escolar. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 19, n. 3, p. 323-332, 2011.

KAMPWIRTH, T. J. Collaborative consultation in the schools: effective practices for students with learning and behavior problems. New Jersey: Merrill Prentice Hall, 2003.

LDB: **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bas_es_1ed.pdf. Acesso em: 6 Jun. 2019.

MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A.; TOYODA, C. Y. Inclusão escolar pela via da colaboração entre educação especial e educação regular. **Educ. rev** n. 41, p. 81-93, 2011.

OEA. **Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência**. Guatemala, 1999. OEA, 1999. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/guatemala.pdf>. Acesso em: 29 Fev. 2020.

OLIVEIRA, P. M. R.; DUTRA, L. R.; MELO, P. P. T.; REZENDE, M. B. Facilitadores e barreiras no processo de inclusão escolar de crianças com necessidades educativas especiais: a percepção das educadoras. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 26, n. 2, p. 186-193, 2015.

ROCHA, E. F.; LUIZ, A.; ZULIAN, M. A. R. Reflexões sobre as possíveis contribuições da terapia ocupacional nos processos de inclusão escolar. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 14, n. 2, p. 72-8, 2003.

ROSIN-PINOLA, A. R.; DEL PRETTE, Z. A. P. Inclusão escolar, formação de professores e a assessoria baseada em habilidades sociais educativas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 20, n. 3, p. 341-356, 2014.

SANTOS, A. R.; LIBRA, D. L. S. Terapia ocupacional e consultoria colaborativa: uma revisão narrativa da literatura. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 27, n. 1, p. 94-99, 2016.

TERRA, A. P.; RONDINA, R. D. C. A interação escolar de uma criança com síndrome de Tourette, de acordo com as percepções de pais e professores: um estudo de caso exploratório. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 25, n. 2, p. 177-184, 2014.

TOYODA, C. Y. et al. O contexto multidisciplinar da prática da Terapia Ocupacional frente ao paradigma da inclusão escolar. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 15, n. 2, p. 121-130, 2007.

TREVISAN, J. G.; DELLA BARBA, P. C. S. Reflexões acerca da atuação do terapeuta ocupacional no processo de inclusão escolar de crianças com necessidades educacionais especiais. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 20, n. 1, p. 89-94, 2012.

UNESCO. **Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. UNESCO, 1994. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 10 de julho de 2019.